



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATO
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SBS QD. 02 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – 1º SS CEP 70.070-929
TEL: (61) 2022-4643/4510/5105 – FAX: 2022-4408**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2012

Construções de Unidades Escolares Padronizadas do Proinfância

DATA: 03 de julho de 2012

HORÁRIO: das 09 horas às 17 horas

ENDEREÇO: Auditório da FECOMERCIOSP - Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - Rua Dr. Plínio Barreto, 285, 3º Andar - Bela Vista – São Paulo / SP.

OBJETIVO: A Audiência teve por objetivo mostrar aos interessados os principais aspectos do modelo de compras públicas de grande vulto adotado pelo FNDE, intitulado Registro de Preços Nacional – RPN, e apresentar, para apreciação e sugestões, o projeto para construção de **Unidades Escolares Padronizadas do Proinfância**, em nível nacional, fazendo uso do RPN.

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa Diretora foi composta por José Carlos Wanderley Dias de Freitas – Presidente do FNDE – (Presidente da Audiência),

COLABORADORES DO FNDE: Alisson Rafael Rodrigues Alves - Assessor Técnico da Diretoria de Administração, André Farage de Carvalho, Coordenador Geral de Acompanhamento Jurídico, Andreia Couto Ribeiro – Coordenadora Geral de Articulação e Contratos, Andressa Maria Rodrigues Klosovski– Coordenadora de Registro de Preços, Arivaldo Guimarães Vivas – Subprocurador, Camila Barbora Cury – Arquiteta, Gabriel Basso Menna Barreto Gomes – Arquiteto, Marly Librelon Pires – Procuradora Chefe, Monica Jamal Gotti – Assessora da Presidência, Rodrigo da Silva Lobo – Arquiteto, Rudybert Barros Von Eye – Engenheiro, e Tiago Lippold Radunz – Coordenador-Geral de Infra-estrutura Educacional.

COLABORADORES DO INMETRO: Alessandra Mathias – Engenheira, Beatriz Belfort - Engenheira, e Nelson Rodrigues - Assessor da Diretoria da Qualidade.

COLABORADORES DO IFBQ: Alberto Fuks – Engenheiro, Bruna Acayaba – Arquiteta, Daniele Scarabelot - Gerente da Unidade de Projetos, Luis Borin – Engenheiro, Marcelo Mitidieri - Gerente do Pólo de Inovação na Construção, Maria Cristina Lima – Engenheira, e Maria Eliza Landi – Advogada.

CONSULTORES: Mônica Geraes Duran – Arquiteta, e Ricardo Grisolia – Arquiteto.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: A Audiência Pública 07/2012 foi aberta pela coordenadora Andreia Couto Ribeiro, com os esclarecimentos sobre os objetivos da mesma e a composição da mesa. Antes de passar a palavra ao Presidente da Audiência e do FNDE, José Carlos Wanderley Dias de Freitas, sugeriu aos participantes que se apresentassem, informando nome completo e a instituição que representavam, sugestão esta que foi acatada por todos os participantes.

Após as devidas apresentações, o Presidente iniciou a sessão se aprofundando nos propósitos da Audiência e explanando sobre as expectativas do FNDE em relação ao lançamento de licitação para construção de unidades escolares em larga escala, que atendam aos requisitos e critérios de desempenho exigidos pela NBR 15.575, e sejam construídas em prazo bastante reduzido. Ato contínuo, relatou sobre as funções da autarquia, e dentre os apontamentos, discorreu sobre o modelo intitulado Registro de Preços Nacional – RPN, formulado para compras de grande vulto, a exemplo do programa Caminho da Escola, que já concedeu aos estados e municípios adesão para aquisição de mais de 20.000 unidades de ônibus escolares. Ressaltou o papel fundamental da audiência pública dentro do modelo, pois a mesma possibilita que o mercado conheça as necessidades do governo federal, e o FNDE obtenha informações técnicas e mercadológicas do segmento em questão, visando construir um Edital de Licitação mais consistente. Pediu aos presentes que reflitam sobre a importância do projeto, e que se disponham a inovar e oferecer soluções criativas para o atendimento das necessidades apresentadas, vez que o desafio é enorme e o FNDE pretende registrar o preço para construção de estabelecimentos de ensino em todo território nacional, dividindo a demanda em lotes a serem definidos. Como as primeiras escolas a serem licitadas atenderão ao Programa PROINFÂNCIA, cujos projetos padrões são fornecidos pelo FNDE, foram apresentados alguns dados muito significativos, dentre eles o repasse de R\$ 5,8 bilhões para a construção de 5.500 unidades, entre 2007 e 2012, e o prazo médio de 30 meses que os municípios estão levando entre o repasse do recurso e a conclusão das construções. Para os próximos exercícios, de 2013 e 2014, serão disponibilizados recursos para a construção de mais 3.000 unidades.

A palavra foi passada a engenheira Monica Gotti, que iniciou a fala apresentando o Grupo de Trabalho para Construções em larga escala, responsável pelo projeto, e formado pelas áreas de engenharia, compras, procuradoria e assessoria do FNDE, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, Instituto Falcão Bauer da Qualidade – IFBQ, e consultores independentes, e levantou questões sobre os conceitos de sustentabilidade presentes na proposta, além da deficiência de infra-estrutura na educação brasileira e interesse do governo em resgatar essa perda. A aplicação desse novo modelo reduz custos, acelera substancialmente os prazos para construção, agrega valor a mão de obra, distribui renda, aplica novas metodologias, diminui o desperdício de material de construção através da racionalização do processo, e conseqüentemente estimula o desenvolvimento do segmento da construção civil. Ainda, de acordo com Monica Gotti, o projeto está dividido em três etapas, quais sejam: Licitação, Adesão/Contratação e Fiscalização/Monitoramento. O processo licitatório será levado a termo na modalidade intitulada RDC - Regime Diferenciado de Contratação, que se comporta de maneira semelhante ao Pregão Eletrônico, amplamente utilizado pelo FNDE, e será feita eletronicamente. Serão licitadas unidades

do Proinfância, Tipo “B” e “C”, de 1.200 e 600 m² respectivamente, obedecendo a projetos padrão fornecidos pelo FNDE. Durante a fase licitatória, os concorrentes deverão apresentar documentos de habilitação e o Projeto de Transposição, que é a adaptação do Projeto Padrão do FNDE a um determinado sistema construtivo, visando o atendimento aos requisitos e critérios de desempenho e a manutenção do partido arquitetônico, que serão avaliados pelo IFBQ.

Após a conclusão do certame, serão lavradas as Atas de Registro de Preços. Os municípios que tiveram suas solicitações aprovadas dentro do Plano de Ações Articuladas – PAR, e tiverem seus terrenos aprovados, poderão aderir à Ata de Registro de Preços ativa para seu município. A empresa contratada fará a sondagem do terreno, para definição do tipo de fundação adequada e elaborará o Projeto de Implantação, que consiste na adequação do Projeto Transposto para as condições do terreno.

Durante a fase de construção, caberá à prefeitura a fiscalização da obra, e ao FNDE o monitoramento da mesma. Será elaborado um manual de orientação aos municípios, para que procedam a uma fiscalização eficiente e liberem as medições de acordo com as etapas de execução definidas no cronograma. Ao monitoramento caberá a verificação das informações prestadas pela prefeitura, para liberação das parcelas de repasse de recursos.

Com o objetivo de colher subsídios para a elaboração do edital de licitação e montagem da estratégia de composição dos lotes, foi distribuído um questionário aos participantes da audiência, mencionado na fala de Monica Gotti, que ressaltou a importância do preenchimento mesmo para trazer subsídio ao Grupo de Trabalho.

Encerrando sua fala, Monica Gotti passou a palavra ao arquiteto Tiago Lippold Radunz, para falar sobre a revisão que está acontecendo nos projetos padronizados do Proinfância “B” e “C”, com a pretensão de atualizar algumas especificações dos projetos originais, assim como simplificá-las, visando facilitar a elaboração dos Projetos de Transposição pelos fornecedores. Salientou que todas as obras financiadas pelo Ministério da Educação são acompanhadas pelo Sistema SIMEC, que abrange todas as fases do processo e contém documentos e fotos de cada uma. Foi aberta então a palavra aos demais participantes para que colocassem suas dúvidas e questionamentos, que foram respondidos pelos palestrantes, José Carlos Freitas, Monica Gotti e Tiago Radunz Andréia Couto.

Os trabalhos do período da manhã foram encerrados às 13h00 e os participantes foram liberados para o almoço, com retorno previsto para as 14h30.

Os trabalhos do período vespertino foram abertos pelo engenheiro Nelson Rodrigues, que falou sobre as exigências de conformidade, tanto da metodologia construtiva a ser empregada por cada fornecedor, como das obras propriamente ditas. Informou que, paralelamente à construção do edital para as construções, o Grupo de Trabalho está trabalhando em um edital de monitoramento das obras licitadas, baseado na qualificação e experiência do Inmetro.

Finalizada sua fala, Nelson Rodrigues passou a palavra ao engenheiro Marcelo Mitidieri, que dissertou sobre o caderno de requisitos e critérios de desempenho para estabelecimentos de ensino público, cujas premissas foram estabelecidas na ABNT NBR 15.575 – Partes de 1 a 6, e os critérios voltados para o tipo de uso da edificação -

escolar de uso público. Também são consideradas regulamentações/legislações (federais, estaduais, municipais) e diretrizes divulgadas publicamente (PBQP-H). Este tipo de avaliação abrange aspectos diversos e deixa de focar materiais e componentes, para pensar na edificação como um produto que, como tal, deve ter um desempenho global pré-determinado, independente do sistema construtivo adotado. Leva em consideração as exigências dos usuários, divididas em três disciplinas: Segurança, Habitabilidade e Sustentabilidade. Salientou que todos os requisitos devem ser integralmente cumpridos pelos fornecedores e que o FNDE fará a verificação tanto na fase licitatória, quanto posteriormente, nas edificações concluídas.

Chamou então para a apresentação das diretrizes técnicas de elaboração do Projeto de Transposição, a engenheira Daniele Scarabelot. Ela esclareceu que poderão ser transpostos os elementos construtivos (sistema estrutural, sistemas de vedação, cobertura, etc.), e os materiais de acabamentos. Poderão ainda ser aplicados elementos e/ou sistemas pré-fabricados, e a racionalização dos processos de construção, para redução dos prazos. Objetivando padronizar e auxiliar os fornecedores, já foram disponibilizados o Volume I - Requisitos e Critérios de Desempenho, o Volume II – Instrução para Elaboração de Memorial Descritivo, e o Volume III – Instrução para Apresentação do Projeto de Transposição. Eles contêm instruções para padronização gráfica dos desenhos técnicos, para preenchimento do conteúdo mínimo de cada documento e o nível de detalhamento para avaliação de desempenho.

Encerrou sua fala e passou a palavra ao presidente da audiência, que deu início ao esclarecimento das dúvidas levantadas pelos participantes.

Os questionamentos foram respondidos por todos os palestrantes, dependendo do assunto abordado.

Às 17h00 foi encerrada a sessão com uma mensagem de agradecimento a todos os presentes, sendo solicitado o encaminhamento, via e-mail, de suas sugestões e outros eventuais esclarecimentos, até o dia 20/07/2012.